

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula reabre Conselho com crítica a juros e BC 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Decreto antecipa 13^o de aposentados 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mesmo com nova regra fiscal, déficit do governo pode persistir até 2031 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A pedido de Haddad, Mendonça libera ação estimada em R\$ 90 bi pela União 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União terá dificuldades para tributar incentivos 11

FOLHA ONLINE - SP
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula envia ao Congresso projeto de lei com nova política de valorização do mínimo (salário mínimo) 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova projeto de igualdade salarial entre homem e mulher 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso usa derrota de Lula como alerta para diálogo na pauta de Haddad 17

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após reverses no Congresso, Lula decide assumir coordenação política 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

No G7, Haddad discute reforma do Banco Mundial e encontra Yellen 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários defendem reformas 22

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda 24

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que queda de juros já deveria ter iniciado e que questionamento ao BC é técnico 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumentar isenção do IR de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível com reforma, diz Haddad 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Otimismo com PIB de 2023 persiste, mas tem fôlego curto 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O PIB resiste (Editorial) 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Em crise, bancos regionais dos EUA despencam na Bolsa 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Restaurar controles da LRF é crítico no arcabouço fiscal (Editorial) 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Fazenda conseguirá aumentar receita, avalia relator 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

No longo prazo, país deve crescer 1,9%, prevê Tendências 37

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação cai na OCDE 38

Lula reabre Conselho com crítica a juros e BC



Lula, ao discursar perante os conselheiros, na sede do Itamaraty: críticas renovadas ao Banco Central e acenos ao agronegócio

Rafaela Gonçalves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formalizou ontem, a recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), também conhecido como "Conselhão", espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade. Com 246 representantes, que vão de banqueiros e empresários a ativistas, artistas, intelectuais e representantes de cooperativas, o grupo serve para dar sugestões ao presidente da República.

Na primeira reunião do grupo, ontem, na sede do Itamaraty, os integrantes focalizaram suas críticas nos juros altos, na desigualdade social e no crescimento da pobreza no país. Lula engrossou o coro de críticas ao patamar da taxa básica de juros (Selic), que foi mantida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 13,75%, nesta semana. "É muito engraçado esse país, onde todo mundo aqui pode falar de tudo, só não pode falar de juros", ironizou o presidente. "Todo mundo tem que ter cuidado. Ninguém fala de juros, como se um homem sozinho pudesse saber mais do que a cabeça de 215 milhões de pessoas", emendou, em referência ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O governo também aproveitou a oportunidade para fazer um aceno ao agronegócio. Na semana passada, os organizadores do Agrishow, principal feira voltada ao setor, em Ribeirão Preto (SP), convidaram o ex-presidente Jair Bolsonaro para a abertura do evento, em detrimento da presença do ministro da Agricultura,

Carlos Fávaro, que, por conta disso, cancelou a visita. "Temos aqui no Conselho uma presença maior do que nas edições anteriores de empresas do agronegócio", declarou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O segmento, um dos mais críticos à gestão petista, foi contemplado com 11 assentos no conselho, incluindo o presidente da Cosan, maior empresa do setor sucroalcooleiro, Rubens Ometto, Eraí Maggi, empresário do ramo da soja, e o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins. Em contraponto, Ayala Ferreira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aliado do governo, também integra o colegiado.

Criado em 2003, o Conselho funcionou por mais de 15 anos, até ser extinto em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Lula destacou que programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o crédito consignado e a política de valorização do salário mínimo surgiram de diálogos no Conselho.

Para o presidente, o órgão desempenhará um papel importante para vencer desafios como a fome, as desigualdades e as urgências ambientais. "Cada setor e cada movimento aqui representados enxergam de forma diferente esses e os muitos outros desafios que temos pela frente. Cada qual tem suas próprias demandas, suas próprias propostas. E é justamente essa a riqueza do conselho", destacou.

"Não é um espaço para as pessoas falarem bem do governo, para fazer diagnóstico. É para ajudar a governar esse país, dizerem como vocês querem que as coisas sejam feitas. Não é espaço de queixa, reclamação, é um espaço de produção", acrescentou.

Grupo plural

Dos 246 conselheiros, há 113 empresários, 83 representantes da sociedade civil e 46 integrantes de movimentos sociais e organizações sindicais. Na relação, são 97 mulheres, o que representa 40% do total, com nomes como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Ana Paula Vescovi (Banco Santander) e Carla Crippa (Ambev). O objetivo é tornar a configuração do colegiado mais plural do que em anos anteriores.

"A grande novidade na composição desse Conselho é que ele está ainda mais representativo e diverso do que antes. Temos uma participação maior dos movimentos sociais e dos novos setores da economia, a exemplo de startups e fintechs. Avançamos na representação regional e racial, e também em gênero", disse Lula.

A lista de membros inclui ainda representantes da sociedade civil como a apresentadora Bela Gil, o youtuber Felipe Neto, Nath Finanças, o cineasta Jorge Furtado, o padre Júlio Lancellotti e o escritor Gabriel Chalita.

Na ocasião, vários convidados defenderam a queda dos juros, a **reforma tributária** e um ambiente de negócios com segurança jurídica. "Acabar com a pobreza e melhorar a qualidade de vida só é possível através do crescimento. Mas, hoje, com essa taxa de juros é impossível investir e produzir", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

"Não é um espaço para as pessoas falarem bem do governo, para fazer diagnóstico.

É para ajudar a governar esse país, dizerem como vocês querem que as coisas sejam feitas" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/05/all.pdf>

Decreto antecipa 13º de aposentados



Medida beneficiará 30 milhões e injetará R\$ 62 bilhões na economia

Fernanda Strickland

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou, ontem a noite, um decreto para antecipar o 13º de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Segundo o governo federal, a antecipação, que tradicionalmente é realizada no segundo semestre, será feita em duas parcelas, nos meses de maio e junho e vai custar R\$ 62,6 bilhões.

A intenção do governo é aumentar o poder de compra das pessoas e, dessa forma, estimular a economia. Ao todo, 30 milhões de pessoas vão receber a antecipação. O pagamento dos recursos extras será feito nas datas em que os segurados recebem, habitualmente, os benefícios.

O abono é tradicionalmente pago no segundo semestre de cada ano, em agosto e em novembro. Terão direito ao abono anual os dependentes da **Previdência Social** que recebam aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente e auxílio-reclusão. O decreto será publicado no Diário Oficial da União de hoje.

No governo Bolsonaro, o pagamento do 13º aos beneficiários do **INSS** também foi antecipado para estimular a economia. Nos últimos três anos houve antecipações: em 2020, as parcelas foram pagas em abril e junho. Já em 2021, o pagamento aconteceu em maio e julho. Em ambos os anos, a justificativa foi à pandemia de covid-19. Já em 2022, ano de eleições gerais, o pagamento se deu em maio e junho.

Por lei, não têm direito aqueles que recebem benefícios assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Por isso, o número de benefícios com o 13º salário é menor do que o número total de benefícios pagos pelo **INSS**.

A antecipação do benefício alcança todos os estados brasileiros e representa uma injeção de recursos nos mercados locais.

O valor mínimo das aposentadorias corresponde a um salário mínimo, que passou de R\$ 1.302, em abril, para R\$ 1.320 neste mês. O aumento, contudo, não alterou os valores dos benefícios do **INSS** acima do salário-mínimo. O teto dos benefícios previdenciários do **INSS** é de R\$ 7.507,49.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/05/all.pdf>

Mesmo com nova regra fiscal, déficit do governo pode persistir até 2031

Alexa Salomão

Os primeiros cenários econômicos traçados com parâmetros da nova regra fiscal proposta pelo Ministério da Fazenda reforçam a percepção de que o governo terá dificuldades para colocar as contas públicas no azul nos primeiros anos de vigência do arcabouço.

Em relatório a clientes, a equipe econômica da Warren Rena diz que é possível cumprir a regra de gasto, mas é difícil alcançar a meta do chamado resultado primário, que avalia a relação entre receitas e despesas do governo. Nesse contexto, a dívida pública também tende a manter a trajetória de alta por um tempo.

Procurado pela reportagem para comentar as projeções, o Ministério da Fazenda afirmou, por meio de sua assessoria, acreditar que as metas do novo arcabouço fiscal são factíveis e compatíveis com as medidas que foram e continuarão sendo tomadas para se recuperar a base fiscal do país.

As simulações da Warren Rena apontam que, no cenário base (o mais provável), as receitas superariam as despesas, levando ao chamado superávit primário, apenas em 2032. No cenário mais otimista, um superávit poderia ser registrado em 2027.

Já o Ministério da Fazenda projeta melhoras de curto prazo no resultado primário. A expectativa do governo é que o déficit na casa de 0,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) previsto para este ano pode ser zerado em 2024, e seguido de superávits de 0,5% e 1% nos anos de 2025 e 2026, respectivamente.

"No nosso cenário base isso não acontece", afirma o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, que participou da criação e foi o primeiro diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal, organismo que monitora as contas públicas. Ele também foi secretário da Fazenda de São Paulo (2022).

"Resultados positivos dependeriam de um grande volume de receitas, a partir de esforços fiscais adicionais ou extras, que até agora não estão garantidos."

Salto pondera que, de fato, como afirma o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, algumas medidas poderiam ajudar nesse esforço, como o fim da subvenção baseada no ICMS (que está sendo discutida no Judiciário) e a redução de gastos tributários (desonerações concedidas para setores e regiões que, para serem alteradas, dependem, em muitos casos, de aprovação do Congresso).

"A subvenção baseada no ICMS é um disparate. Tem de acabar. Reduzir gastos tributários é fundamental, e espero que o governo consiga", afirma Salto. "Mas não é o cenário mais provável hoje".

No caso da subvenção, por exemplo, o governo obteve vitória no STJ (Superior Tribunal de Justiça). A decisão limitou a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois **tributos** federais (IRPJ e CSLL). Ficou decidido que o benefício só vale quando relacionado a investimentos, e não a despesas correntes, como muitas empresas haviam adotado.

O efeito prático da medida havia sido suspenso pelo ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), até que a corte também avalie o tema. Nesta quinta (4), no entanto, Mendonça voltou atrás e validou os efeitos de decisão do STJ. A **Receita Federal** estima que uma decisão final favorável pode garantir até R\$ 90 bilhões adicionais.

O plenário do STF precisaria validar ou não a decisão de Mendonça. Ao voltar atrás, o ministro do STF diz que a sessão de julgamento se torna desnecessária e pede à Presidência da Corte seu cancelamento.

Salto, no entanto, lembra que mesmo em caso de vitória do governo, o resultado tributário efetivo ainda vai depender do comportamento das empresas, e também como os estados vão reagir. Nas estimativas dele, o item renderia no máximo R\$ 42 bilhões para a União.

O economista destaca que as simulações deixam claro que haverá uma melhora nas trajetórias dos principais indicadores, ainda que num prazo mais longo que o anunciado.

"A regra de gasto melhora a perspectiva de resultado primário", afirma. "Sem ela, o déficit seria o que se vê

no quadro pessimista." Nesse cenário, o déficit permanece nesta década e no início da próxima.

A equipe da Warren Rena também aponta pressões sobre as despesas.

O salário mínimo crescendo pelo **PIB** de dois anos antes, por exemplo, tende a pressionar as contas da Previdência, reduzindo o espaço de despesas discricionárias.

A política de pessoal também gera impactos. Quando se considera a possibilidade de reajustes pela **inflação**, a conta sobe muito em relação ao cenário base, que contempla apenas a taxa vegetativa de expansão dessa despesa.

A equipe da Warren Rena ainda avaliou a projeção da Dívida Bruta do Governo Geral, o principal indicador de dívida pública, juntamente com a Dívida Líquida do Setor Público, nos cenários base, otimista e pessimista.

A trajetória da dívida, diz Salto, não é a melhor possível no cenário base, por exemplo, mas o estudo mostra que o arcabouço ajuda, sim, a afastar o risco de um cenário fiscal muito ruim.

No relatório mais recente sobre esses dados, de março, a dívida bruta estava em 73% do **PIB**, e a dívida líquida, em 57,2%.

Nos cenários base e também no pessimista, a dívida sobe continuamente, sendo que no cenário pessimista, o ritmo é mais acelerado. A queda ocorre apenas no cenário otimista.

A dívida bruta, em 2032, chegaria a 89,9% do **PIB** no cenário base, e a 104,2% no cenário pessimista. Já no cenário otimista, a dívida crescerá moderadamente até o pico de 77,7%, em 2028, caindo daí em diante a 76,1%, patamar inferior ao registrado atualmente.

A dívida líquida teria trajetória similar, mas desfecho um pouco diferente. No cenário base alcançaria 75,16% do **PIB**. No pessimista, iria a 89,63%. No otimista, subiria até 62,51% em 2027, caindo para 60,17% do **PIB** em 2032, valor acima do atual.

Assim como outros economistas, a equipe da Warren Rena defende que o mecanismo de penalidade em caso de descumprimento das metas deveria ser aperfeiçoado.

Como penalidade, a proposta define que o percentual aplicado sobre a variação real da receita passa de 70% para 50%, o que reduz a correção da despesa do ano seguinte ao do descumprimento.

"A regra de primário passa a ser, com o arcabouço fiscal aprovado, uma regra auxiliar para acionar mecanismos de ajuste nas despesas. É uma forma inteligente de relacionar as duas limitações -a meta de primário e o limite de despesas", afirma Salto.

"Contudo, seria salutar que se apertasse o gatilho do teto de gastos, de 50% para 20%, e que uma lista de medidas de ajuste automáticas fosse prevista ou ao menos indicada, o que poderia ser feito inclusive por meio da própria LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]."

Assinam o relatório junto com Salto os analistas de macroeconomia Josué Pellegrini e Fernanda Castro.

O que propõe a nova regra fiscal

O PLP 93/2023 traz uma regra de correção da despesa primária, com base na evolução da receita, e uma trajetória para o resultado primário até 2026

A despesa poderá crescer, a cada ano, a no máximo 70% da variação real da receita primária total, líquida de transferências a estados e municípios, excluídas as receitas com dividendos, concessões e exploração de recursos minerais

A variação da receita corresponderá à relação entre a arrecadação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior e a arrecadação dos 12 meses anteriores.

A variação do IPCA utilizada para o cálculo da receita real será a relativa ao acumulado em 12 meses até junho do ano anterior

Entretanto, encontrado o percentual de variação real da despesa sujeita ao teto, 70% da variação real da receita, o percentual se juntará à **inflação** de janeiro a dezembro do ano anterior para chegar ao percentual a ser aplicado à despesa sujeita ao teto do período anterior, levando, por fim, à despesa limite do exercício

Traz também limites mínimo e máximo para o aumento real da despesa, de 0,6% e 2,5%, respectivamente, de tal modo que só prevalecerá a regra descrita, quando os 70% aplicados sobre a variação real da receita se situarem dentro desse intervalo

Fixa um piso para investimento, de aproximadamente R\$ 75 bilhões para 2023, que deve ser mantido em termos reais (corrigido pela **inflação**) nos anos seguintes, assegurando que o investimento público terá seu valor real preservado a cada orçamento anual

Em caso de descumprimento da meta fiscal,

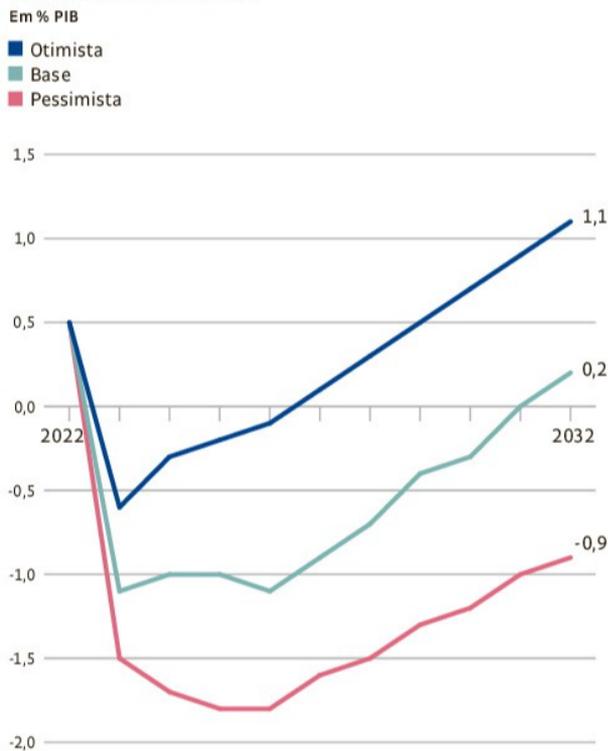
percentual aplicado sobre a variação real da receita passa de 70% para 50%, reduzindo a correção da despesa do ano seguinte ao de descumprimento

Também em caso de descumprimento, o presidente da República deverá enviar mensagem ao Congresso até 31 de maio para explicar os motivos do descumprimento e as medidas corretivas

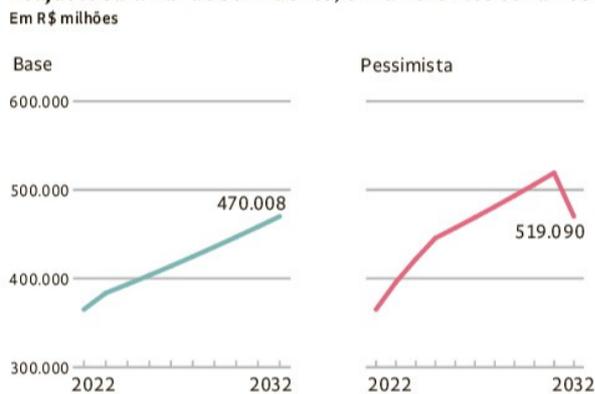
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50267&maxTouch=0&_ga=2.11130996.199915065.1683093406-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

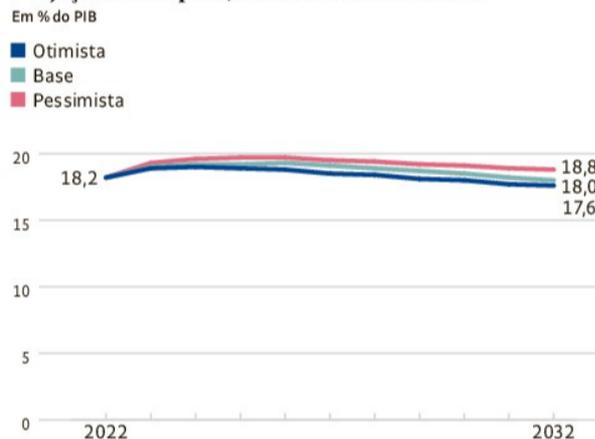
Projeções para o resultado primário da União em diferentes cenários



Projeções para despesa com pessoal, sem considerar reajuste salarial de servidores, em diferentes cenários



Projeção da despesa, em diferentes cenários



Fonte: Warren Rena

A pedido de Haddad, Mendonça libera ação estimada em R\$ 90 bi pela União

**LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA | COLABORARAM
FERNANDA TRISOTTO e THAÍS BARCELLOS**

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu revogar a suspensão que ele próprio havia imposto a um julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que pode render R\$ 90 bilhões por ano ao governo. A reconsideração atendeu a um pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que foi ao STF se reunir com Mendonça na terça-feira.

No julgamento, a Primeira Seção do STJ decidiu, por unanimidade, que empresas não podem continuar abatendo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) benefícios dados pelos Estados. A decisão, tomada na semana passada, é desfavorável às empresas e favorável ao governo, que considera a medida crucial para o sucesso do novo arcabouço fiscal.

A liminar de Mendonça que suspendera a eficácia do julgamento no STJ chegou ao conhecimento da Corte quando a análise já havia começado. Os ministros decidiram, então, seguir os trabalhos normalmente.

"No que toca à propalada perda bilionária de arrecadação federal, alegadamente em razão de interpretação equivocada da legislação infraconstitucional pelas pessoas jurídicas contribuintes, diante dos dados e das informações apresentados na petição sub examine e em audiência neste Gabinete, também está com a razão a União", afirmou o ministro na decisão.

O resultado obtido no STJ, considerado uma vitória da equipe econômica, passa a ter validade.

Com a revogação da suspensão, o referendo da liminar marcado para começar em plenário virtual hoje não será mais realizado.

PRAZO.

Como mostrou o Estadão, a **Receita Federal** dará prazo para a autorregulação das empresas que descontaram incentivos por meio do ICMS concedidos pelos Estados no pagamento de **impostos** federais antes de a fiscalização autuar as empresas e cobrar o que não foi pago.

Conforme técnicos ouvidos pelo Estadão, a estratégia no primeiro momento será mostrar um "cardápio" de opções para o pagamento, como o Litígio Zero.

É um programa de renegociação de dívidas com pessoas físicas e empresas com descontos e prazo de pagamento de 12 meses e que teve o prazo de adesão prorrogado até 31 de maio.

Haddad celebrou a decisão de Mendonça. "Acabamos de receber, eu e a ministra Simone Tebet, a informação de que o ministro André Mendonça reviu sua decisão e cassou a liminar, dando ganho de causa para o governo federal. É um magistrado com autonomia suficiente para saber o que é melhor para o Brasil", afirmou.

Segundo Haddad, o Brasil é o único país que faz subvenção de custeio - ou seja, concede benefícios a empresas para pagar custos correntes da companhia, e não investimentos.

"CARGA SOBRE O CONSUMO".

Ao mandar suspender o julgamento, o ministro do STF André Mendonça havia atendido a pedido da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que alegara que "a eventual inclusão do crédito presumido de ICMS e/ou de demais benefícios fiscais nas bases de cálculo do PIS/Cofins (em lógica eventualmente aplicável a outros **tributos**, como o IRPJ e a CSLL) elevaria, sobremaneira, a carga tributária incidente sobre o consumo". A Abag também sustentara que havia ação com "matéria constitucional de fundo idêntica" em tramitação no STF.

"Acabamos de receber, eu e a ministra (do Planejamento) Simone Tebet, a informação de que o ministro André Mendonça reviu sua decisão e cassou a liminar, dando ganho de causa para o governo federal.

É um magistrado com autonomia suficiente para saber o que é melhor para o Brasil" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

União terá dificuldades para tributar incentivos

Joice Bacelo De São Paulo

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou atrás e derrubou a liminar que suspendia o julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a tributação de empresas que recebem incentivos fiscais de ICMS. Mas, ainda assim, o governo federal vai ter dificuldade de arrecadar o que espera - R\$ 70 bilhões pelas contas do ministro Fernando Haddad ou R\$ 47 bilhões por ano segundo estimativa da **Receita Federal**.

Advogados que atuam para empresas afirmam que o Ministério da Fazenda está contando uma vitória maior do que obteve, de fato, no STJ. A leitura que eles fazem do julgamento e das teses fixadas é de que os ministros não deram passe livre para a União.

A cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre os ganhos obtidos com os incentivos estaduais, dizem, estaria permitida somente em casos específicos e não atingiria a maior parte das companhias.

Essa reação abre porta para mais briga judicial. Tanto em instâncias inferiores-caso a União insista com a cobrança de forma generalizada - como no próprio STJ.

Profissionais ligados aos amicus curiae - entidades que participam das discussões como parte interessada - dizem que certamente haverá recurso contra a decisão que foi tomada pela 1ª Seção no conturbado julgamento do dia 26 de abril.

Eles querem que os ministros deixem claro em quais situações a União pode cobrar tributo. "Porque a vitória que está sendo contada pelo governo, de que pode tributar todo mundo e arrecadar bilhões, não é a vitória verdadeira", frisa um profissional.

Havia duas discussões na mesa.

Uma tratava sobre pacto federativo.

O STJ firmou entendimento, em 2017, em relação aos créditos presumidos (uma modalidade de incentivo fiscal de ICMS). Disse que, ao tributar, a União estaria esvaziando um benefício concedido por Estados, o que não seria permitido.

O julgamento, desta vez, diria se esse mesmo entendimento - contra a tributação por violar o pacto federativo - poderia ser aplicado aos demais tipos de incentivo concedidos pelos Estados: redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção e diferimento, dentre outros.

A segunda discussão se deu em torno da Lei Complementar nº 160, de 2017-que promoveu mudanças no artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014. Antes dessa alteração havia uma separação entre subvenção de investimento, quando a empresa assume contrapartida ao receber o benefício(ampliação ou construção de uma fábrica), e subvenção de custeio, em que não há contrapartida.

O texto anterior dizia que, no caso de subvenção de investimento, a União não poderia tributar. Depois, com a mudança, passou a constar no artigo 30 da lei que "incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimento".

Os contribuintes entenderam que deixou de existir diferença entre os benefícios de ICMS - investimento ou custeio - e, por esse motivo, nada mais poderia ser tributado.

A Receita, porém, continuou insistindo que só não poderia ser tributado o incentivo concedido como estímulo à ampliação do empreendimento econômico. Essa posição está formalizada na Solução de Consulta nº 145/2020.

Caberia aos ministros da 1ª Seção do STJ, então, dizer qual dos dois têm razão: os contribuintes ou o Fisco.

Assim que o STJ encerrou o julgamento, no dia 26 de abril, tanto Haddad como a procuradora-geral da Fazenda Nacional (PGFN), Anelize Lenzi Ruas de Almeida, declararam vitória. Disseram que os ministros concordaram com a União nas duas discussões: não há violação ao pacto federativo e só não pode tributar benefícios com contrapartida.

"Ficou claro que o contribuinte pode ter a tributação do benefício afastada desde que a isenção seja realmente para investimento", disse a procuradora

ainda na sede do STJ.

Nem três quilômetros dali, na Esplanada dos Ministérios, Haddad afirmava aos jornalistas que a decisão dos ministros havia sido "exemplar".

"Era um grande estrago nas contas públicas, e o STJ reparou por unanimidade", afirmou, enfatizando que o modelo que estava em vigor prejudicava o governo federal em quase R\$ 70 bilhões e Estados e municípios em outros R\$ 20 bilhões.

A tributação dos incentivos vem sendo tratada pela União como essencial para alavancar a arrecadação e viabilizar o novo arcabouço fiscal.

Mas, segundo advogados, a decisão do STJ não garantiu tudo o que o governo pedia e, conseqüentemente, os valores que se pretende arrecadar acabaram ficando superdimensionados.

O acórdão - com a íntegra da decisão - não havia sido publicado até o fechamento da edição, às 20h de ontem. Mas as teses fixadas pelos ministros foram lidas no julgamento e constam no sistema do STJ.

São três itens. Os dois primeiros foram propostos pelo relator, o ministro Benedito Gonçalves. O primeiro diz que não se aplica o precedente dos créditos presumidos. Ou seja, a tributação dos demais tipos de benefícios não viola o pacto.

"Aqui a União venceu e tem mesmo que comemorar. Se os ministros tivessem decidido pela violação ao pacto federativo, não haveria nenhuma chance de tributar nada", diz Rafael Nichele, do Nichele Advogados Associados. "Então, de fato, ganhou, mas ganhou somente em relação a essa parte da discussão." Ainda no item um os ministros citam a Lei Complementar nº 160, de 2017. Consta que os contribuintes não serão tributados se cumprirem os requisitos previstos no artigo 10 dessa norma e do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014.

Essas normas estabelecem que os ganhos com os incentivos têm de ser "registrados em reserva de lucros".

Significa que só podem ser utilizados na própria empresa. Não é permitido, por exemplo, distribuir aos sócios como dividendos ou juros sobre capital próprio.

O item dois também trata da lei complementar. Diz que não se pode exigir das empresas a demonstração de que o benefício foi concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Advogados entendem que esses dois itens se complementam e deixam claro que, aqui, a vitória ficou como contribuinte. O STJ não estaria diferenciando investimento e custeio, nem permitindo a tributação nos moldes pleiteados pela União.

"Exigir contrapartida não existe mais. Até o **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]** já vinha entendendo dessa forma", afirma Renato Silveira, do Machado Associados.

O terceiro item foi sugerido pelo ministro Herman Benjamin e também trata da Lei Complementar.

Diz que a **Receita Federal** pode fiscalizar e cobrar os **tributos** se verificar que "os valores foram utilizados para finalidade estranha à garantia da viabilidade do empreendimento econômico".

Os advogados dizem que esse trecho não consta na lei e nunca apareceu em decisões anteriores do STJ - nas turmas que julgam as questões tributárias, 1ª e a 2ª.

Estão interpretando, com base nos dois primeiros itens, que se trata de mais um complemento. Os ministros estariam deixando claro que as empresas não precisam demonstrar previamente qual foi a finalidade do benefício - se investimento ou custeio -, mas se a União verificar que o dinheiro não foi utilizado na própria empresa, conforme consta na lei, o Fisco vai poder tributar.

"A tributação fica bastante restrita.

A maioria das empresas vinha seguindo o que diz a lei e tentando, na Justiça, estender para o pacto federativo, que não limitaria a utilização dos valores", afirma Ricardo Varrichio, do escritório RVC.

Os especialistas reconhecem, no entanto, que o item três ficou confuso da forma como foi redigido e acreditam que o governo pode ter visto, aqui, uma brecha para puxar a vitória para o seu lado. É por esse motivo que já se fala em recurso (embargos de declaração) com pedido de esclarecimento.

Com a questão resolvida, eles dizem, a União só conseguirá tributar os benefícios concedidos como custeio se mudar a legislação. "E não conseguiria por medida provisória.

Por se tratar de lei complementar, o governo precisaria, em tese, da aprovação de uma nova lei complementar, que depende do Congresso", afirma Alberto Medeiros, do escritório Tozzini Freire. Se aprovada, além disso, a nova lei só teria validade no ano seguinte ao de sua publicação.

O Valor procurou o Ministério da Fazenda. A resposta foi que "a PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional] não vai se manifestar até a publicação do acórdão" do STJ.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536>

Lula envia ao Congresso projeto de lei com nova política de valorização do mínimo (salário mínimo)

Renato Machado

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que define a nova política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da inflação.

A nova política de valorização do mínimo havia sido antecipada na semana passada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Lula depois reafirmou seu compromisso de enviar ao parlamentar um projeto de lei nesse sentido durante pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, por ocasião do Dia do Trabalho.

O texto integral ainda não foi disponibilizado pelo governo federal.

Marinho, no entanto, já havia adiantado que a política de valorização do salário mínimo vai retomar o modelo vigente durante os primeiros governos de Lula e também de Dilma Rousseff. Ele leva em conta a inflação do período anterior e mais o crescimento da economia.

Mais especificamente, o modelo leva em conta o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior somado com o PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. A opção pelo índice de crescimento da economia de dois anos antes é por se tratar de um dado já consolidado, não sujeito a novas alterações.

Ou seja, para o ano de 2024, será usado o INPC do ano corrente, somado ao PIB registrado em 2022.

A nova política de valorização do mínimo foi decidida depois de um encontro de Lula com Marinho, Fernando Haddad (Fazenda) e representantes de centrais sindicais na semana passada, no Palácio da Alvorada.

No ato do dia 1º de Maio, Lula também anunciou a medida provisória que elevou o salário mínimo deste ano de R\$ 1.302 para R\$ 1.320.

O governo também encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria novas regras para

a proclamação de resultados de julgamentos do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**), que julga disputas bilionárias entre empresas e a União sobre pagamento de impostos.

Mais especificamente, o texto trata do chamado voto de qualidade, o voto de desempate nos julgamentos. A sua íntegra, no entanto, não foi divulgada.

A questão do voto de qualidade do **Carf** já havia sido enviada ao Congresso Nacional pela equipe do ministro Fernando Haddad, no formato de uma medida provisória. O texto da MP recriou o voto de qualidade, que havia sido extinto em 2020 com aval dos parlamentares. Atualmente, a iniciativa do chefe da equipe econômica corre riscos de ser revertida ou desidratada em meio à resistência de congressistas.

A Fazenda já havia sinalizado que encaminharia um projeto de lei para substituir a medida provisória, muito possivelmente com o mesmo texto. A tramitação das MPs foi alvo de uma grande disputa dentro do Congresso Nacional, que segue ainda praticamente paralisada.

Isso porque o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu restituir o regime constitucional de tramitação das medidas provisórias, com uma comissão mista com igual número de senadores e deputados. Esse modelo foi abandonado temporariamente durante a pandemia do novo coronavírus.

A medida ganhou a oposição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O governo, por meio do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), chegou a anunciar um acordo com a instalação de algumas comissões mistas. O responsável pela articulação política, no entanto, afirmou que a comissão que analisaria a medida provisória do **Carf** seria uma das que seriam criadas.

O Planalto decidiu reencaminhar o texto através de um projeto de lei, após receber sinalizações que o texto não seria votado e aprovado na Câmara dos

Deputados.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/lula-envia-ao-congresso-projeto-de-lei-com-nova-politica-de-valorizacao-do-minimo.shtml>

Câmara aprova projeto de igualdade salarial entre homem e mulher



Sessão da Câmara. Projeto aprovado ontem estabelece que a igualdade salarial entre gêneros é obrigatória

GERALDA DOCA, GABRIEL SABÓIA E ANA FLÁVIA PILAR

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei da Igualdade Salarial, que institui medidas para garantir a isonomia remuneratória entre mulheres e homens na mesma função. O texto, que segue agora para o Senado, cria dois tipos de multa em caso de infração: uma a favor da vítima, equivalente a dez vezes a remuneração a que a trabalhadora teria direito -elevada em 100% em caso de reincidência -e outra para o governo, correspondente a 3% da folha de pagamento, limitada a cem salários mínimos, caso seja detectada discriminação contra mulheres nos relatórios enviados ao Ministério do Trabalho. O projeto prevê que as companhias com mais de cem empregados precisarão encaminhar ao governo, a cada seis meses, balanços que comprovem a equidade remuneratória.

A proposta original enviada pelo governo estabelecia que, em caso de discriminação comprovada por motivo de gênero, raça ou etnia, além do pagamento das diferenças salariais devidas, seria estabelecida uma multa de dez vezes o maior salário pago na empresa, elevada em 100% em caso de reincidência.

Este trecho recebeu críticas de diferentes deputados e segmentos e foi alterado.

A relatora do projeto, deputada Jack Rocha (PT-ES), considerou o resultado da votação "uma vitória". Ela lembrou que as disparidades salariais entre gêneros se aprofundaram durante a pandemia da Covid-19: - O emprego feminino é duas vezes mais vulnerável do

que o masculino. No período da pandemia, as mulheres representavam 39% dos empregos no mundo, mas totalizaram 54% das demissões.

MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO Jack destaca que a atuação do governo será determinante para assegurar que a lei "pegue" no mercado de trabalho.

Segundo ela, após a aprovação no Senado e a sanção presidencial, caberá à pasta do Trabalho, em parceria com o Ministério das Mulheres, regulamentar as medidas de fiscalização e multar efetivamente as empresas que descumprirem as novas regras.

-Não é uma lei de multas, mas um mecanismo para assegurar o ingresso, a permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho. A regulamentação ficará a cargo do poder público, e a fiscalização precisa ser atuante. Se somos iguais perante a Constituição e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como nossos salários não são? -indagou.

Atualmente, quando há discriminação, a lei estabelece um limite máximo para a multa, de 50% dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

Segundo a deputada, a regulamentação deverá criar um canal de denúncias e dar um prazo para que as empresas se adaptem às novas regras. Também deverá destinar a arrecadação com multas para programas sociais de inclusão e equidade de gênero e raça.

A proposta prevê apenas uma exceção às novas regras: nos casos em que o empregador adotar plano de cargos e salários, após negociação coletiva.

O projeto é uma das medidas do pacote apresentado pelo governo no Dia Internacional da Mulher, em que consta também o Plano Nacional de Igualdade Salarial, Remuneratório e Laboral entre Mulheres e Homens, a ser elaborado por um grupo de trabalho anunciado no último dia 1º. O comitê, que contará com representantes de oito ministérios, tem como função discutir estratégias de enfrentamento às condições de trabalho, levando em conta salários, oportunidades de ascensão profissional e ambiente de trabalho.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Congresso usa derrota de Lula como alerta para diálogo na pauta de Haddad

Idiana Tomazelli Victoria Azevedo

A recente derrota sofrida pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso Nacional tem sido usada por lideranças partidárias como um alerta ao governo para a necessidade de ampliar o diálogo e evitar dificuldades na tramitação da pauta econômica.

A avaliação de líderes da Câmara é que o Legislativo não aceitará ficar alijado do debate e quer ter participação ativa nas discussões de políticas públicas estratégicas.

O recado foi dado com a derrubada de trechos de dois decretos de Lula com novas regras para o Marco do Saneamento, aprovado pelo Congresso em 2020. O ato foi visto como uma tentativa de driblar os parlamentares, já que um decreto depende apenas da assinatura do presidente da República para começar a valer.

A sinalização chega num momento em que o Executivo tem pela frente votações consideradas cruciais pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), entre elas o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

Na área econômica, há o temor de que a derrubada do decreto seja apenas o prenúncio de uma pressão ainda maior em outras matérias de interesse da Fazenda.

Publicamente, os líderes afirmam que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** são pautas que ultrapassam os interesses do governo e são agendas de Estado -consequentemente, importantes para todo o Legislativo.

No entanto, técnicos do governo veem risco de o Congresso desfigurar outras propostas igualmente relevantes para fechar as contas, como a tributação de rendimentos no exterior obtidos por pessoas físicas residentes no Brasil. A medida foi apresentada pelo governo como contrapartida à maior isenção de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), mas pode enfrentar resistências.

Na visão das lideranças, o governo ainda precisa ficar atento, azeitar a relação com os parlamentares e evitar o risco de uma derrota ainda pior.

A fragilidade na consolidação de uma base de apoio no Congresso é creditada por eles, principalmente, à demora do Palácio do Planalto na liberação de emendas e na nomeação de cargos regionais.

Nos bastidores, políticos defendem uma participação mais ativa do Congresso nas discussões de temas econômicos. O projeto de nova regra fiscal, por exemplo, é um dos que devem passar por mudanças.

"A Casa vai aprimorar o texto, esse é o papel do Legislativo. O governo apresenta e a Casa melhora", afirma o líder do Solidariedade, deputado Aureo Ribeiro (RJ). "O Congresso quer fazer parte das discussões, não quer ser casa carimbadora. O debate vai aprimorar o texto para que dê a segurança econômica que a gente quer no país."

O deputado diz que o governo precisa conversar mais com as siglas que compõem sua base aliada. Para ele, o Planalto deu muita atenção ao PT e deixou de lado os outros partidos -"que não estão se sentindo parte do governo ainda".

Por outro lado, Aureo diz ver sinalizações do presidente Lula para ampliar a pluralidade de seu governo. "[A derrota na Câmara] Mostra que precisa ter ajustes no diálogo. Mas acho que o governo vai bem e, se tiver um esforço concentrado, vai caminhar bem o arcabouço."

A derrota na Câmara na quarta ocorreu por 295 votos a 136 e teve apoio quase total de partidos como MDB, União Brasil e PSD, que ocupam nove ministérios da Esplanada.

Líder do PT na Câmara, o deputado Zeca Dirceu (PR) diz que o episódio não interfere na aprovação do arcabouço ou da reforma.

"Acredito até que ajudará, porque agora haverá um esforço a mais do governo. E quando chegar a votação do arcabouço, já estará tudo bem alinhado."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50267&maxTouch=0&_ga=2.11130996.199915065.1683093406-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Após revesses no Congresso, Lula decide assumir coordenação política



Lula discursa no Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável e dá recado a Padiilha

VERA ROSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai assumir as rédeas da coordenação política do governo após sofrer derrotas importantes na Câmara. A partir da próxima semana, Lula chamará para conversas os presidentes e líderes de MDB, PSD, União Brasil e PSB e cobrará fidelidade nas votações. Juntos, os quatro partidos controlam 12 dos 37 ministérios e impuseram o primeiro revés de peso ao Palácio do Planalto, contribuindo para derrubar trechos dos decretos do presidente que alteravam o Marco do Saneamento.

Ao participar ontem da plenária de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, Lula admitiu as dificuldades na tramitação de projetos do Executivo no Congresso e provocou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padiilha. Sentado ao lado do ministro, anfitrião daquele encontro, o presidente se referiu às queixas sobre a falta de articulação política do Planalto.

"Espero que ele tenha a capacidade de organizar, de articular, que teve no Conselho, dentro do Congresso Nacional. Aí vai facilitar muito a vida", disse Lula. A plateia e o próprio ministro riram.

Na prática, Lula se referia aos problemas da base aliada apontados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Nesta semana, o governo enfrentou percalços na Casa com o adiamento da votação do Projeto de Lei das Fake News, por falta de apoio até mesmo entre aliados, e a derrubada de trechos de decretos de Lula para alterar o Marco Legal do Saneamento. Os fracassos escancaram o racha na base de sustentação do governo e o fogo amigo no

PT, que busca culpados para a crise.

A cúpula do PT defende trocas de ministros, principalmente do União Brasil, que controla Comunicações, Turismo e Integração. O partido tem uma bancada de 48 deputados e todos votaram contra o governo na sessão que derrubou trechos do Marco do Saneamento. O projeto seguirá agora para análise do Senado.

Dirigentes petistas querem aproveitar o pedido de desfiliação da ministra do Turismo, Daniela Carneiro (União Bra-sil-RJ), para entregar a pasta a outra legenda. Se o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizar, Daniela pretende ir para o Republicanos, mas o partido - ligado à Igreja Universal -também ficou contra o Planalto no projeto que regulamenta as redes sociais e tem se declarado "independente" em relação ao governo.

Em conversas reservadas, Lula disse que não pretende demitir ministros agora, mas quer saber o motivo das traições na base aliada. As reuniões com dirigentes e líderes de MDB, PSD, União Brasil e PSB ocorrerão logo depois que o presidente voltar da viagem a Londres, onde vai participar, amanhã, da cerimônia de coroação do rei Charles III.

Infidelidade Lula diz que não pretende demitir ministros agora, mas quer saber o motivo das traições

RECURSOS. O Planalto começou a liberar uma parte dos R\$ 10 bilhões em emendas a deputados e senadores, além de cargos no segundo escalão, como os da Sudam e da Sudene, conforme prometido a Lira. A verba é herança do antigo orçamento secreto e está hoje sob o guarda-chuva dos ministérios.

Mesmo assim, partidos da base aliada se posicionaram contra a orientação de Lula na votação do Marco do Saneamento. O PSB, por exemplo, tem três ministérios - Justiça, Portos e Aeroportos e Indústria e Comércio - pasta chefiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, filiado à sigla. O MDB, por sua vez, controla Cidades, Transportes e Planejamento. Dos 32 deputados do partido, 31 votaram contra Lula. Já o PSD comanda Minas e Energia, Agricultura e Pesca e, dos 27 deputados presentes à sessão de anteontem, 20 foram infiéis ao governo.

O primeiro teste do Executivo no Congresso era para ser mais simples do que os obstáculos previstos para a votação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**. Mostrou, no entanto, vários desacertos. No Marco do Saneamento foram 295 votos contrários à orientação do Planalto e 136 a favor.

O projeto teve como relator o deputado Fernando Monteiro (PP-PE), sobrinho do ministro da Defesa, José Múcio. "Não se faz decreto em cima de uma lei. A Câmara votou pelo respeito ao Parlamento", resumiu Monteiro. No dia anterior, Lira tinha adiado a votação do PL das Fake News a pedido do deputado Orlando Silva (PC-doB-SP), relator da proposta.

Embora nesse caso a derrota não possa ser debitada propriamente da conta do Planalto, o fato de o governo ter pedido para Silva encaixar no texto uma agência de supervisão das plataformas contaminou as discussões. A ideia foi batizada pela oposição de "Ministério da Verdade" e a proposta, de "PL da Censura".

EMBATE. Há uma queda de braço entre Lira e Padilha, além da desconfiança mútua. A leitura no Planalto é a de que Lira cria empecilhos porque quer ter de volta o controle do Orçamento. Silva e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), são aliados de Lira. No caso do PL das Fake News, o presidente da Câmara quis prestar um serviço ao Planalto e adiou a votação, mas, no caso dos decretos, agiu para derrubá-los.

"É um recado? Evidente que é, por várias razões. Os líderes que encaminharam contra o governo vão ter de decidir se são ou não governo", disse Guimarães, na Câmara, ao comentar o resultado da votação. Nas redes sociais, o deputado escreveu que era preciso "fazer um freio de arrumação dentro do governo". E concluiu: "Vida que segue". Aliados de Lula afirmam que Guimarães quer ocupar a cadeira de Padilha e, para tanto, tem o apoio de Lira. O líder do governo nega que atue para dar uma rasteira no ministro.

Na busca de culpados sobrou até para Orlando Silva. Em conversas reservadas, interlocutores do presidente observam que o relator deveria ter ouvido mais vezes as bancadas evangélica e do agronegócio, antes de as propostas virem à tona. "A turma quer é esconder sua incapacidade, apontando o dedo para os outros", disse ele.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

No G7, Haddad discute reforma do Banco Mundial e encontra Yellen



Fernando Haddad: para Ministério da Fazenda, G-7 é oportunidade para o Brasil se colocar como ator que voltou à cena geopolítica e ao cenário econômico

Lu Aiko Otta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarca na próxima segunda-feira para o Japão, onde participará de reunião do G-7, em Niigata. O Brasil não faz parte do grupo, formado pelas principais economias do mundo, mas foi convidado para o encontro deste ano, juntamente com Índia e Indonésia.

O Brasil não era convidado para uma reunião do G-7 desde o último governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), informou o Ministério da Fazenda.

Haddad deverá desembarcar em Tóquio na tarde de quarta-feira.

No dia seguinte, viaja de trem até Niigata.

Na quinta-feira, ele se reúne com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. É um encontro que havia sido programado, originalmente, para ocorrer durante o encontro de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril. Porém, por causa do reagendamento da viagem do presidente Lula à China, Haddad não pôde comparecer.

Com Yellen, a expectativa é uma discussão sobre a economia mundial e os impactos da quebra de instituições financeiras de médio porte nos Estados Unidos.

Outro tema de interesse do Brasil é a reforma do Banco Mundial.

Ontem, a instituição anunciou que o ex-CEO da Mastercard Ajay Banga será seu novo presidente.

Outros encontros estão sendo acertados para a quinta-feira.

Na sexta-feira, quando começam as discussões do G7, Haddad começa o dia com um café da manhã privado com o economista Joseph Stiglitz, que foi economista chefe do Banco Mundial e chefiou o conselho de assessores econômicos da Casa Branca durante o governo Bill Clinton. Atualmente, Stiglitz tem se dedicado ao tema da economia verde, e esse deve ser um dos temas do encontro.

No mesmo dia, o ministro se encontra com sua homóloga da Índia, Nirmala Sitharaman, com quem espera dialogar sobre os temas da serem discutidos no G- 20. A Índia atualmente está na organização do grupo, e essa tarefa será exercida pelo Brasil em seguida. Está programada ainda .

uma reunião com o homólogo japonês, Shun"ichi Suzuki.

Na sexta-feira, ocorrem as principais discussões da reunião do G-7. Estão programadas três sessões a partir das 13h. Na primeira, será debatido o futuro do estado de bem-estar. No segundo, a situação macroeconômica dos países emergentes. Será a oportunidade para Haddad apresentar seu plano de voo, com as propostas do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**. A última sessão discutirá os **desafios do financiamento na economia global**, inclusive os da infraestrutura.

Na visão do Ministério da Fazenda, a reunião do G-7 será oportunidade para o Brasil se colocar como um ator que voltou à cena geopolítica e também ao cenário econômico. Haddad pretende explicar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas economias emergentes, é um país que tem uma política econômica organizada e ambiciosa para os próximos quatro anos. Será também uma oportunidade de discutir com outros ministros os planos de reforma econômica.

Por fim, Haddad seguirá em seu projeto de consolidar laços com líderes internacionais em sua área.

Desde o início do governo, ele tem se encontrado com líderes do G-7 e do G-20. Segundo a pasta, é o primeiro ministro da Fazenda brasileiro convidado a participar de uma reunião do G-7. O retorno está programado para o sábado. O ministro deverá chegar a São Paulo na manhã do domingo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536?page=14§ion=2>

Empresários defendem reformas



Diversos dos maiores empresários do país defenderam ontem diretamente para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a importância de uma **reforma tributária** e de um crescimento mais forte da economia. Também foram feitas críticas às atuais taxas de juros. As declarações foram dadas na sessão inaugural do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável neste terceiro mandato de Lula. O Conselho, como é conhecido, tem 242 integrantes, entre empresários, intelectuais e representantes da sociedade civil, e deve servir como uma espécie de órgão consultivo para Lula. O modelo é semelhante ao que foi adotado pelo próprio presidente em seus dois primeiros mandatos.

Na cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, a presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Luiza Trajano, defendeu que o governo federal apresente o mais cedo possível soluções concretas para o país.

"Não tem direita e nem esquerda.

Chega de diagnóstico. Queremos um Brasil para já", disse.

Em seu discurso, Trajano destacou especialmente a importância do combate à desigualdade social, classificada por ela como "um câncer".

Já Rubens Ometto, presidente do Conselho de Administração da Cosan, afirmou que é importante que o país se posicione "como uma potência verde". "Precisamos estar atentos à competição global [por recursos para investimentos sustentáveis]" disse. Mas também afirmou que é necessária maior estabilidade jurídica e regulatória, inclusive sobre medidas já implantadas no passado. Ao defender a queda dos juros, foi aplaudido por parte dos presentes.

O presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, afirmou que o "novo arcabouço fiscal sinaliza equilíbrio e estabilidade da dívida interna". Ele disse que "não podemos ficar presos a preconceitos na política fiscal e monetária" e defendeu que ambos os temas sejam tratados como uma "visão flexível".

"Pedimos paciência a críticos e observadores", disse.

Segundo Trabuco, "não podemos ser reféns de dogmas", destacando a maneira como o país enfrentou a crise internacional de 2008, a pandemia da Covid-19 e a Guerra na Ucrânia. Ele ainda criticou a espera "pelas condições macroeconômicas ótimas".

Por sua vez, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defendeu a queda dos juros, a realização de uma **reforma tributária** e um "ambiente de negócios com segurança jurídica".

"Precisamos dos investimentos", disse.

Andrade ainda elogiou a atuação do vice-presidente Geraldo Alckmin, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, para fortalecer o setor industrial.

"Nesses três temos muita confiança", disse.

Um dos maiores acionistas globais da rede varejista francesa Carrefour e fundador da gestora Península, o empresário Abilio Diniz afirmou que é favorável à aprovação da **reforma tributária** na íntegra, sem fatiamentos.

"Quem sucateou a indústria foi nosso sistema tributário. Precisamos, sim, de uma reforma", disse.

Francisco Gomes Neto, CEO da Embraer, defendeu que a inserção de produtos brasileiros nas cadeias globais "vai depender de ação governamental e apoio às exportações". Ele afirmou que tem observado um "esforço muito grande" do atual governo para apoiar os negócios da companhia - a terceira maior do mundo na fabricação de aeronaves.

Por fim, a socióloga Neca Setubal, do Itaú, disse que o setor privado também quer o combate às desigualdades no Brasil. "Se não mudarmos essa

perspectiva, e fazer como sempre fizemos, vamos continuar reproduzindo esse modelo. Investindo mais nas regiões mais ricas e menos nos territórios mais vulneráveis", disse.

Além de Lula, Haddad e Alckmin, estiveram presentes no Itamaraty a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, Janja, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, entre outros.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536?page=14§ion=2>

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

As propostas de **reforma tributária** em debate no Congresso Nacional fecham brechas existentes atualmente para a sonegação de **impostos**, além de reduzir custos e estimular os investimentos estrangeiros. A avaliação é do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Fecha muitas brechas, [utilizadas na sonegação] não fecha todas. Nenhum sistema tributário no mundo fecha todas as brechas. Tem países com IVA simples, como a África do sul, que tem um compliance gap [lacunas que geram perda de arrecadação] muito baixo. Quanto mais confuso o sistema, maior é a possibilidade de sonegação, disse Appy ao g1.

As propostas em discussão contemplam a extinção do PIS, da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Eles seriam trocados por um imposto sobre valor agregado, já existente em países desenvolvidos, que seria não cumulativo, ou seja, que seria pago uma só vez por cada etapa na cadeia (produtor, distribuidor e comerciante). Também haveria a cobrança de um imposto seletivo sobre produtos nocivos, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Discutida há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, a **reforma tributária** é considerada essencial pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

Analistas estimam que esta primeira etapa da **reforma tributária**, que vai alterar **impostos** sobre o consumo, tem potencial para elevar o **PIB** potencial do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas.

Reforma tributária: setores da economia reclamam de aumento de **impostos**; propostas trazem válvula de escape

Custo da ineficiência

Segundo Appy, no sistema atual de cobrança de **tributos** sobre o consumo, a população paga não só o imposto, mas também arca com toda a ineficiência e custos desnecessários ligados ao sistema tributário problemático.

Tem setores da economia que o custo burocrático de pagar imposto é 3% do **PIB** do setor. O custo do litígio tributário é monumental. Uma empresa industrial brasileira tem 200 pessoas para pagar imposto, uma empresa semelhante nos EUA tem 5 pessoas. Então isso é custo, e essa redução de custo vai ser repassada ao preço. O efeito final da reforma vai ser uma redução de preço ao consumidor, declarou.

Investimentos estrangeiros

Appy afirmou também que a **reforma tributária** também estimularia a entrada de investimentos estrangeiros no país.

A explicação é que o sistema atual, complexo, espanta os empresários de fora do Brasil.

Segundo o secretário, a concorrência acaba sendo desequilibrado, porque o empresário brasileiro já entende o sistema. O estrangeiro, não.

De fato, têm muitas empresas produtivas que deixam de investir no nosso país por causa do nosso sistema tributário. Não é pouco não, é muito. E aí eu acho que vai ter um efeito bem positivo. Tenho conhecidos que são advogados que dão consultoria para empresas estrangeiras que querem entrar no Brasil, mas os caras desistem quando eles conhecem o sistema tributário brasileiro, declarou ele.

A gente está reduzindo a competição porque, quem está aqui dentro já entende e consegue operar. Quem está lá fora... nosso sistema é feito para tirar a competitividade do sistema nacional, completou.

Segundo Appy, muitas empresas preferem produzir no exterior e vender ao Brasil do que abrir fábricas por conta do sistema tributário.

Para eles, as vezes é melhorar importar no Brasil o que ele produz lá fora, do que produzir no Brasil. Ele não tem um monte de custo que ele tem no Brasil lá fora, que a **reforma tributária** tende a eliminar. O efeito tende a ser grande. Não vem todo no curto prazo, vem ao longo do tempo. É tudo escalonado , concluiu.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/05/reforma-tributaria-deve-reduzir-sonegacao-e-estimular-investimentos-estrangeiros-diz-secretario-da-fazenda.ghtml>

Haddad diz que queda de juros já deveria ter iniciado e que questionamento ao BC é técnico

Por Ivan Martínez-Vargas - São Paulo

fiscal - disse.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na manhã desta sexta-feira que o Banco Central (BC) já deveria ter iniciado o ciclo de redução da taxa básica de juros (Selic), que foi mantida nesta semana em 13,75%, apesar das pressões do governo federal e do empresariado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/haddad-diz-que-queda-de-juros-ja-deveria-ter-iniciado-e-que-questionamento-ao-bc-e-tecnico.ghml>

Haddad afirmou que "respeita a institucionalidade", em alusão à independência do BC, mas que "não podemos cair no erro de que tudo o que se coloca de reflexão sobre a autoridade monetária é questão política". O ministro defendeu que sua avaliação é técnica.

- Honestamente, poderíamos iniciar a recalibragem da taxa de juros. A projeção da **inflação** para o ano que vem está controlada - disse Haddad em entrevista à rádio CBN.

O ministro sinalizou que a taxa de juros atual tem afetado negativamente o crescimento da economia.

- Temos capacidade de produzir 4,5 milhões de automóveis por ano, estamos produzidos metade disso. E 70% dos carros vendidos estão sendo vendidos à vista porque não tem financiamento. Tenho certeza que a gente poderia estar vendendo mais, o consumidor poderia voltar ao consumo sem que isso representasse ameaça à estabilidade de preços - disse Haddad.

Ao comentar a tramitação da proposta do novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo ao Congresso, Haddad disse que Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidentes da Câmara e do Senado, "estão separando o que é assunto de governo do que é de estado" e que temas como arcabouço fiscal e **reforma tributária** têm sido vistas como temas de Estado.

- Penso que a maturidade (dos presidentes das casas legislativas) tem sido grande de não tratar as reformas no varejo das negociações do Congresso (...). O Congresso está aprovando as medidas e o Supremo e o STJ mostraram que estão abertos a discutir o pacto

Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira que a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso é dada como certa pelo governo federal e que as duas Casas consideram a matéria como assunto de Estado.

Em entrevista à Rádio CBN, Haddad ainda voltou a defender a **reforma tributária** e afirmou que as empresas **precisam pagar seus impostos** corretamente, pois dribrá-los não vai enriquecer o país

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Aprovação do arcabouço fiscal é dada como certa pelo governo, diz Haddad

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/aprovacao-do-arcabouco-fiscal-e-dada-como-certa-pelo-governo-diz-haddad,8419362238648cb9a9299e7bb1170910i804zbwe.html>

Aumentar isenção do IR de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível com reforma, diz Haddad

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, 5, que mudanças na faixa de isenção do Imposto de Renda podem ser alcançadas com outras mudanças que vão equilibrar as contas públicas. Ele afirmou, em entrevista à rádio CBN, que aumentar a isenção de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil em 2025 é possível, com reforma.

O governo recentemente ampliou a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,6 mil - o patamar da isenção foi elevado para R\$ 2.112 desde 1º de maio, e haverá um desconto mensal de R\$ 528 direto na fonte - ou seja, no imposto que é retido do empregado. O objetivo, ainda, é chegar ao fim do governo com a faixa de isenção em R\$ 5 mil, promessa de campanha de Lula.

Para chegar a esse patamar (de faixa de isenção) é muito desafiador, reconheceu o ministro, que diz perseguir esse número.

Arcabouço fiscal

Na mesma entrevista, Haddad também afirmou acreditar na aprovação do arcabouço fiscal no Congresso. Ele disse que essa aprovação é mérito do próprio parlamento. Quem viabilizou a transição (do governo) foi o Congresso. O Bolsonaro sumiu, o Guedes sumiu. Todo mundo sumiu, não tinha com quem conversar, afirmou.

Haddad avalia que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), conseguem fazer a separação dos assuntos de governo e de Estado, o que facilita o cumprimento das agendas que são relevantes para o País. Por isso, ele pontua que as discussões sobre o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** atingiram um nível de maturidade importante no Congresso, fugindo de um mero varejo político.

O ministro citou medidas que dão suporte ao arcabouço, como as mudanças no PIS/Cofins aprovadas na Câmara. Haddad ainda pontuou sobre lobbies no Congresso e citou os que ocorrem no

Senado, contra as medidas de combate à sonegação.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/05/aumentar-isencao-do-ir-de-r-3-mil-para-r-4-mil-em-2025-e-possivel-com-reforma-diz-haddad.htm>

Otimismo com PIB de 2023 persiste, mas tem fôlego curto



Alessandra Ribeiro: reajuste de servidor e do mínimo pode dar resiliência adicional

Anaís Fernandes De São Paulo

A temperatura da atividade brasileira no primeiro trimestre do ano melhorou, na visão de economistas, sobretudo com os dados divulgados do último mês para cá.

Isso tem levado instituições financeiras a revisarem para cima projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país em 2023, muitas prevendo números acima de 1%. A resiliência, no entanto, deve ter fôlego curto e permanece, entre analistas, a perspectiva de que a atividade ficará mais fraca passados os três primeiros meses do ano.

Nos últimos dias, elevaram suas previsões para **PIB** em 2023 a ASA Investments (zero para 0,5%), o ABC Brasil (0,1% para 1,2%), o Opportunity Total (0,8% para 1,3%), a Legacy (0,7% para 1,5%), o Barclays (1% para 1,5%) e o Bradesco (1,5% para 1,8%). No boletim Focus, pesquisa do Banco Central com o mercado, a mediana das projeções para o **PIB** de 2023 começou o ano em 0,8%. No início de abril, estava em 0,9% e, até o fim do mês, foi a 1%.

A perspectiva de que a agricultura deve puxar o **PIB** do primeiro trimestre não mudou, mas economistas passaram a ver um desempenho melhor também do consumo das famílias, sustentado por um mercado de trabalho ainda aquecido e que puxa a demanda em

serviços e no varejo.

"Apesar de alguma volatilidade de curto prazo nos dados, em parte por um processo de ajuste sazonal mais desafiador desde a pandemia, a principal conclusão parece ser que a atividade no primeiro trimestre de 2023 se manteve melhor do que esperávamos", diz Roberto Secemski, economista chefe para Brasil do Barclays.

Nas pesquisas do IBGE de fevereiro, os serviços subiram 1,1%, ante janeiro, enquanto a mediana das estimativas de mercado, colhidas pelo Valor Data, apontava 0,5%. O varejo ampliado - que inclui veículos e material de construção e entra no **PIB** - subiu 1,7%, bem acima da expectativa de 0,7%.

O Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), que agrega as pesquisas do IBGE e a agricultura, subiu 3,3% em fevereiro, ante estimativa de 1,2%. Embora o indicador, em geral, não entre nos modelos dos economistas para projetar **PIB**, eles dizem que o IBC-Br ajuda a "dar um norte". Secemski nota, por exemplo, que, na comparação interanual, o índice costuma subestimar o **PIB** do primeiro trimestre.

"Faltam ainda os dados de março, mas achamos que o **PIB** do primeiro trimestre vem bem mais forte", diz Leonardo Costa, economista da ASA. "Já tínhamos uma expectativa que o agro fosse sustentar o primeiro trimestre. [O ajuste] foi por causa do consumo das famílias mais forte, que vemos refletido nos serviços no comércio, demorando a desacelerar", afirma.

Para economistas, a principal surpresa, no entanto, tem sido com os dados do mercado de trabalho.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do governo federal para acompanhar o setor formal, mostrou criação líquida de 195 mil vagas em março, muito acima da estimativa de mercado de 97,5 mil postos. Na série dessazonalizada, foram 300 mil novas vagas criadas, segundo Marcelo Fonseca, economista-chefe do Opportunity. "É realmente bastante impressionante", afirma.

Mesmo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, que abrange o mercado formal e informal, a taxa de desemprego subiu para 8,8% no primeiro trimestre, mas, na série

dessazonalizada, houve queda, observa Fonseca.

"Temos um mercado de trabalho ainda bastante apertado, decorrente dos impulsos fiscais dos últimos dois anos de pandemia, além da majoração de auxílios, corte de **impostos** e, agora no início de 2023, vemos isso se transmitindo em aumentos dos salários nominais, com ganhos reais expressivos", afirma. Soma-se a isso, segundo Fonseca, a supersafra de grãos, que se traduz em uma renda muito forte do setor agro.

O avanço da agricultura impulsiona setores de serviços como de transporte e armazenagem, observa Daniel Xavier Francisco, gerente do departamento econômico do ABC Brasil. Os dados do IBGE também indicam, segundo ele, atividades de informação e comunicação mais fortes, além de imobiliárias, financeiras e outros serviços.

"Alguns serviços estão mostrando pouca sensibilidade ao que se esperaria para uma taxa de juro como a vigente hoje", afirma.

Lógica similar, diz, vale para a indústria no **PIB**, mas esta ainda deve registrar um número baixo - a previsão do ABC Brasil mudou de contração de 0,1% para ligeiro avanço 0,2%. "A indústria também tem setores que não estão tão dentro do ciclo econômico, mais relacionados a commodities, como mineração e extração", afirma Francisco, explicando que eles são impulsionados pela retomada da demanda chinesa.

Do lado da demanda brasileira, nas projeções do ABC Brasil, o consumo das famílias foi revisto de 0,5% para 1,2%, e o do governo passou de estabilidade para 0,8%. "O reajuste de servidores e do salário mínimo entra em consumo das famílias e impulsiona serviços para cima. Já os estímulos do governo, como via Bolsa Família, dão impulso maior ao varejo", diz Francisco.

Até a projeção do banco para a Formação Bruta de Capital Fixo - medida para os investimentos no **PIB** - foi revista de queda de 0,1% para alta de 0,1%. "Ainda é uma perspectiva praticamente zerada", pondera Francisco.

Mais cautelosa, Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria, não alterou sua projeção de 1% para o **PIB** em 2023. Ela pondera que, embora o número já considerasse gastos maiores do governo, alguns reajustes e políticas podem tornar o consumo um pouco mais resiliente do que o previsto. "De qualquer forma, temos o consumo das famílias no **PIB** crescendo 1,5%", afirma.

Ela diz estar vendo, no entanto, volatilidade nos dados gerais. "É difícil extrair um sinal muito claro de que a economia está mais forte do que no fim do ano passado." Os índices de confiança empresarial e dos consumidores, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, recuaram 0,3 e 0,2 ponto, pela ordem, em abril, em um movimento que a instituição considerou de acomodação após subirem mais de dois pontos no mês anterior.

Os indicadores IGet, do Santander com a GetNet, indicam queda de 2,9% do varejo ampliado em abril, ante março, após uma retomada no primeiro trimestre de 2023, observam Gabriel Couto e Rodolfo Almeida em relatório. Já o IGet Serviços recuou 2,8%.

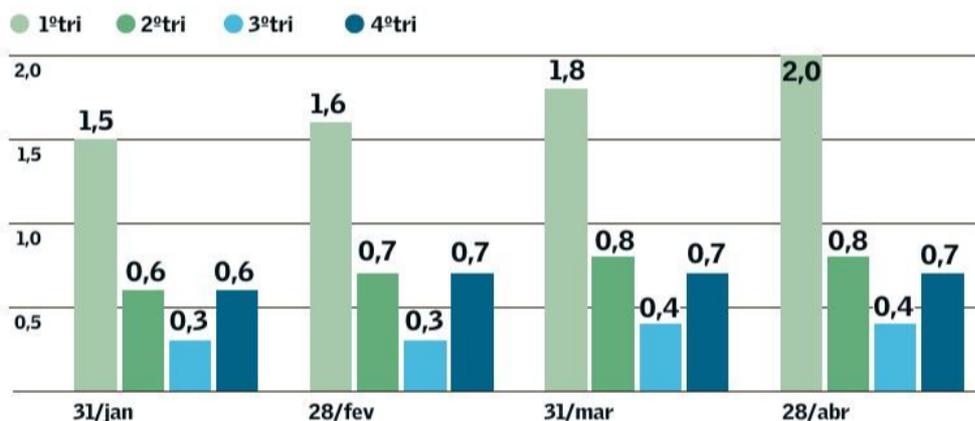
O monitor da ASA para a atividade aponta desaceleração em abril. A projeção da gestora de 0,5% para o **PIB** em 2023 é melhor do que a previsão anterior zerada, mas, em relação aos últimos anos (2,9% em 2022 e 5% em 2021), "é um **PIB** fraco", afirma Costa. "O primeiro trimestre vai dar a impressão de que vem em ritmo forte, mas, nos outros, a fotografia pode ficar muito feia muito rápido", diz, projetando queda do **PIB** no segundo e no terceiro trimestre.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536?page=14§ion=2>

Humor melhor

Evolução da projeção de mercado para PIB trimestral em 2023 - %



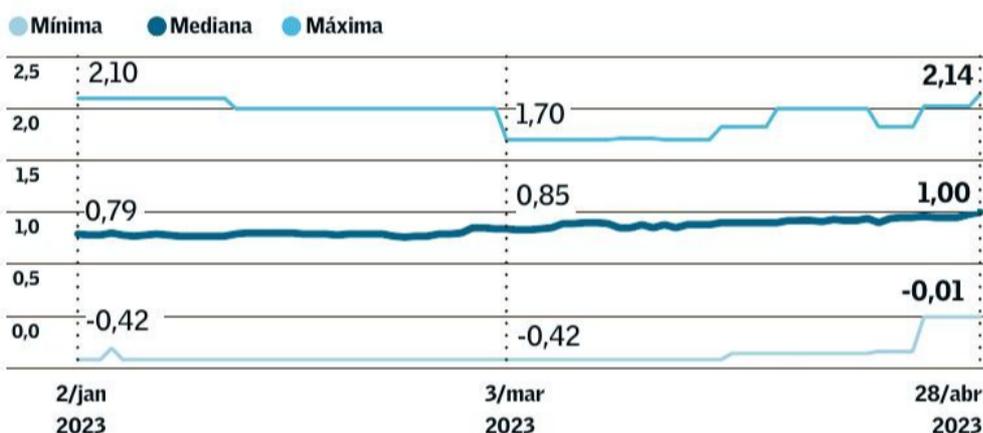
Resultado de indicadores selecionados - em fevereiro e em % (exceto quando indicado)

	Observado	Expectativa mediana de mercado
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	1,1	0,5
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC, varejo ampliado)	1,7	0,7
Pesquisa Industrial Mensal (PIM)	-0,2	-0,2
Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br)	3,3	1,2
Saldo líquido de empregos formais (Caged) - em março, em milhares	195,2	97,5
Taxa de desemprego - no 1ºtri/23	8,8	8,9

Fontes: Banco Central, IBGE, Ministério da Fazenda e Valor Data

Resiliência

Evolução da projeção de mercado para PIB do Brasil em 2023 - em %



Fontes: Banco Central

O PIB resiste (Editorial)

A atividade econômica no Brasil está em desaceleração, mas em ritmo bem menor do que o esperado. Os números do desempenho de emprego, varejo e serviços de fevereiro e março foram uma surpresa positiva, assim como o indicador de atividade do Banco Central.

Economistas do setor privado passaram a revisar suas previsões para o crescimento do Produto Interno Bruto neste 2023, alguns para a cercania de 2%. O Ministério da Fazenda também deve revisar suas estimativas para cima.

Tal estado de ânimo ainda não é evidente nas projeções do Boletim Focus, publicação do BC que compila projeções do mercado. No último boletim, com dados de 28 de abril, a expectativa mediana de crescimento do **PIB** é de 1%.

Os motivos dos resultados em certa medida surpreendentes são, provavelmente, um nível de emprego e rendimento do trabalho ainda crescentes em relação ao ano passado, o aumento da despesa com benefícios sociais e a grande safra agrícola. Embora o total de concessões de novos empréstimos para empresas esteja em queda desde o final de 2022, o crédito para pessoas físicas ainda resiste.

É possível que o **PIB** trimestral passe a recuar a partir de metade do ano. As taxas de juros bancários estão altas, a inadimplência aumentou, a captação de recursos no mercado de capitais estava em forte queda até março.

O ritmo da economia mundial é declinante, na média. A confiança de empresários e consumidores parou de diminuir em março, mas se encontra em níveis desanimadores. Por ora, não há sinais de novos impulsos para a atividade econômica, a não ser que sobreviesse expressiva queda da **inflação**.

A economia aquecida deve ser também um dos motivos da até agora persistente alta de preços. Em decorrência, a Selic deve baixar menos e mais devagar, o que foi sublinhado na quarta (3) pelo BC.

É mais empecilho para uma retomada em 2024. Segundo o Focus, a mediana da previsão de crescimento para o ano que vem é de 1,4%.

No entanto é possível melhorar os ânimos. Uma regra fiscal mais rigorosa quanto a metas de superávits e menos tolerante com o aumento de despesas pode

contribuir para melhoras em taxas de câmbio e de juros no mercado, assim como o faria uma aprovação da **reforma tributária**.

Evitar retrocessos na regulação do investimento privado também seria uma contribuição de valor.

O governo perdeu tempo e boa vontade ao criar polêmicas contraproducentes, em vez de se dedicar à reconstrução das instituições e à inovação nas políticas públicas e econômica. Ainda é tempo de rever prioridades e melhorar as perspectivas para 2024.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50267>

Em crise, bancos regionais dos EUA despencam na Bolsa



Operadores na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones recuou 0,86% Brendan McDermid/Reuters

As ações de vários bancos regionais dos EUA caíram nesta quinta-feira (4), durante a pior crise do setor desde 2008, ofuscando uma sugestão do Fed (Federal Reserve, BC dos EUA) de que em breve poderá interromper sua política de aumentos dos juros.

O PacWest, da Califórnia, caiu mais de 50%, depois que o credor disse que foi abordado por potenciais parceiros e investidores sobre uma possível venda. Outros credores regionais, como Western Alliance e Metropolitan Bank, caíram 39% e 6%, respectivamente.

"O PacWest é mais uma prova de que a crise bancária dos EUA ainda não acabou", disse Stuart Cole, economista da Equiti Capital.

O SVB (Silicon Valley Bank), o Signature e o First Republic entraram em colapso desde março, com o índice KBW Regional Banking caindo 35% nos últimos três meses.

Enquanto isso, o preço das ações do First Horizon caiu 33% depois que o credor com sede em Memphis e o TD Bank do Canadá disseram que obstáculos regulatórios os levaram a concordar mutuamente em encerrar planos de fusão.

Na quarta (3), o Federal Reserve elevou a taxa dos fundos federais para uma nova meta de 5% a 5,25%, o nível mais alto desde meados de 2007. A última declaração do Fed removeu a orientação anterior afirmando que um aperto monetário adicional "talvez seja apropriado" e enfatizou que sua abordagem de

política dependeria substancialmente dos dados econômicos.

Falando após a decisão de política, o presidente Jay Powell disse que o banco central ainda espera que a **inflação** demore para atingir sua meta. "Nós do comitê temos a visão de que a **inflação** não vai cair tão rápido [...] se essa previsão estiver correta, não seria apropriado cortar as taxas."

Analistas disseram que as mudanças na declaração do Fed podem marcar o fim do atual ciclo de aperto. No entanto, embora os mercados tenham preCificado vários cortes de juros antes do final do ano, as opiniões foram divergentes sobre a probabilidade de uma flexibilização iminente enquanto a **inflação** persiste.

"Uma desaceleração, ou mesmo uma recessão leve, pode não ser suficiente para convencer o Fed a reverter o curso da política em breve", disse Tai Hui, estrategista de mercado do JPMorgan Asset Management.

Ray Sharma-Ong, diretor de investimentos para soluções de investimento multiativos na Abrdn, disse que as questões do setor bancário -como a recente falência do First Republic Bank- provavelmente não representam uma ameaça sistêmica, mas o aperto das condições de crédito pode pesar fortemente sobre o crescimento dos EUA e forçar o Fed a tomar medidas de apoio.

"Com a orientação futura do Fed[...] indicando uma forte mudança em direção à dependência de dados, esperamos que o Fed corte as taxas quando ocorrer uma recessão", disse Sharma-Ong.

Nas Bolsas americanas, o Dow Jones teve queda de 0,86%, enquanto o S P 500 e o Nasdaq caíram 0,72% e 0,49%, respectivamente.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50267&maxTouch=0&_ga=2.11130996.199915065.1683093406-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Restaurar controles da LRF é crítico no arcabouço fiscal (Editorial)

É feliz e desejável a intenção do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do projeto do novo arcabouço fiscal, de restaurar as obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deixadas de lado na versão encaminhada ao Congresso pelo governo. O texto que ele deverá levar adiante para discussão ainda não veio a público, mas o caminho apontado em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, parece ser o melhor possível para aperfeiçoar as lacunas da proposta.

Pelos termos da LRF em vigor, há uma avaliação bimestral do cumprimento das metas. Caso elas estejam em risco, o governo tem a obrigação de bloquear gastos por meio do mecanismo conhecido como "contingenciamento".

Trata-se de uma garantia de que o Estado fará o melhor possível para cumprir o compromisso de resultado primário. O texto do arcabouço entregue pelo governo prevê três relatórios anuais de acompanhamento, mas o desobriga de bloquear gastos se a meta estiver ameaçada. Na prática, acaba funcionando como incentivo à incúria fiscal.

Restaurar o bloqueio é medida essencial para que haja alguma chance de o novo arcabouço funcionar. Outra medida fundamental é manter, em caso de descumprimento da meta fiscal, a punição ao presidente por crime de responsabilidade, no limite sujeito a impeachment. O texto encaminhado ao Congresso apenas impõe que ele assine uma carta enviada ao Parlamento com suas justificativas.

É o equivalente a trocar a ameaça de uma sanção grave por uma obrigação burocrática. Mais um incentivo à incúria fiscal.

A mecânica do arcabouço apresentado ao Congresso já é, por si só, objeto de críticas consistentes de economistas respeitados e dos maiores especialistas em contas públicas. Ao imporem às despesas um crescimento anual acima da **inflação** entre 0,6% e 2,5%, sem criar ajuste equivalente nas rubricas vinculadas constitucionalmente às receitas (como saúde e educação), as novas regras acabarão por comprimir os recursos disponíveis para os demais gastos ao longo do tempo.

Fora isso, o impacto na Previdência do reajuste real do salário mínimo, opiso salarial da enfermagem e outras obrigações criadas pelas PECs da Transição e dos Precatórios estabelecem um ponto de partida elevado para os gastos em relação ao **PIB**, gerando uma situação em que será necessário um aumento brutal na arrecadação para o governo cumprir as metas.

Esse risco é intrínseco ao arcabouço e parece incontornável. Dificilmente a mecânica das regras apresentadas pelo Executivo mudará no Congresso, não ser que se resolva recriar um teto para os gastos sob uma nova roupagem.

Com o enfraquecimento dos controles e sanções da LRF, porém, não haverá apenas probabilidade alta, mas incentivo ao descumprimento das metas. Seria inaceitável.

O governo não pode criar uma regra apenas para fingir que está fazendo algo em nome das contas públicas, sabendo que no final ela será descumprida e nada acontecerá. Restaurar os controles e sanções da LRF, como sugere o relator, é o mínimo para garantir que haverá algum esforço do governo em nome da austeridade e que o novo arcabouço não será apenas um jogo de faz de conta.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Fazenda conseguirá aumentar receita, avalia relator



Diálogo. Cláudio Cajado tem conversado com deputados e com o governo

MANOEL VENTURA

O relator da nova regra para as contas públicas, deputado Cláudio Cajado (PPBA), afirmou ao GLOBO que a Fazenda vai conseguir aprovar as medidas de aumento de receita necessárias para manter o marco de pé. O parlamentar, que se classificou como um deputado independente (nem oposição nem situação), diz que o governo precisa de R\$ 100 bilhões a R\$ 120 bilhões de novas receitas para que o arcabouço fiscal seja sustentável.

-Eu não tenho a menor dúvida de que eles poderão e deverão conseguir (aprovar as medidas). Existe um amplo leque de ações a serem desenvolvidas em que não se está cobrando imposto. O que eu penso que é difícil para o governo é elevar alíquota de imposto ou criar tributo novo. Isso vai ser difícil. Mas, por exemplo, quando ele taxa recursos de offshore, é perfeitamente natural -disse Cajado, citando a medida provisória que determina o pagamento de Imposto de Renda sobre rendimentos no exterior, inclusive em paraísos fiscais.

Uma das principais metas do novo arcabouço fiscal é eliminar o déficit em 2024. A proposta prevê um superávit nas contas públicas de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Para isso, será preciso aumentar a arrecadação.

Para o deputado, a derrota do governo no decreto

sobre saneamento básico não irá contaminar a votação da regra fiscal. A Câmara aprovou a derrubada na quarta, por 295 votos a favor e 136 contra, de trechos de dois decretos do presidente Lula que alteravam a regulamentação do marco legal do setor. O texto precisa passar pelo Senado.

-O governo não tem base aqui dentro do Congresso, a base é muito pequena. O projeto do marco do saneamento demonstrou isso. Porém, eu não vejo nenhuma contaminação com o regime fiscal, nem do ponto de vista ideológico nem do ponto de vista político-partidário. O conceito do regime fiscal é uma lei importantíssima para o país.

Eu não acredito em nenhuma contaminação ou ideologização sobre esse projeto -comenta o parlamentar.

REGIME FISCAL SUSTENTÁVEL Cajado afirma ainda que os parâmetros de crescimento de gastos previstos no projeto do governo devem ser mantidos.

O deputado, que aboliu o nome de "arcabouço fiscal" e prefere chamar de "regime fiscal sustentável", conta que houve poucas críticas a esse ponto. Aliado próximo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Cajado vai apresentar o seu texto na próxima quarta-feira.

Pelo projeto do governo, o arcabouço permitirá o crescimento real dos gastos, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da **inflação**, mas haverá um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real ao ano.

- Isso fica. Isso não tem grandes discussões. Eu vejo que esses parâmetros tiveram poucas sugestões (de mudança).

Claro que também eu apresentei questionamentos.

Alguns questionaram o porquê de 0,6%, por que não 0,3%. Mas isso não tem grandes problemas. Para esses parâmetros, foram feitos estudos históricos. Tem uma explicação.

Nesse aspecto, há uma lógica conceitual entre movimentos cíclicos e anticíclicos -disse Cajado.

O projeto vai substituir o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas federais à inflação do ano anterior.

Cajado se reuniu na quarta-feira com Lira e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Depois, se encontrou com a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O deputado apresentou ao governo as críticas dos deputados ao texto. Na próxima segunda-feira, a Fazenda e o Planejamento vão apresentar suas ponderações.

A proposta deve ser votada na semana do dia 15.

Cajado tem evitado manifestar posições pessoais sobre o projeto, alegando que não pode cercear o debate.

Ele tem conversado com deputados de todos os partidos.

Dessas conversas, saíram críticas e sugestões.

EXCEÇÕES À REGRA As principais críticas dos deputados levadas pelo relator são o fato de o contingenciamento (bloqueio de verbas) deixar de ser obrigatório em caso de descumprimento da meta fiscal ao longo do ano, as exceções à regra e a dúvida se o governo vai conseguir aumentar suas receitas para dar sustentabilidade ao arcabouço.

A regra tem uma série de exceções, a maior parte delas já prevista no teto de gastos.

Essas exceções, porém, têm sido alvo de críticas de deputados e de agentes do mercado financeiro.

Algumas delas são constitucionais porque estão incluídas na "PEC da Transição" e no teto de gastos.

Ocorre que o teto de gastos e a própria PEC deixam de existir a partir do momento em que o novo arcabouço for aprovado.

-Mas essas exceções são importantes dentro do novo marco fiscal ou não? Nós estamos vendo o impacto disso.

E isso foi discutido com o ministro -afirmou o deputado.

Entre as exceções, estão a transferência federal para estados e municípios pagarem o piso nacional para profissionais de enfermagem, precatórios e despesas feitas com receitas próprias de universidades.

CONTINGENCIAMENTO Como O GLOBO mostrou ontem, deputados têm sugerido a manutenção da obrigatoriedade do contingenciamento (bloqueio) de gastos ao longo do ano como forma de garantir que a meta de resultado para as contas públicas seja cumprida.

Pelas regras de hoje, é feito um relatório a cada dois meses para verificar o cumprimento dos objetivos fiscais.

Se a meta não estiver sendo alcançada, o governo precisa bloquear gastos. O projeto proposto pelo governo Lula prevê que serão feitos balanços em março, junho e setembro. Se esses relatórios identificarem que as metas não serão cumpridas, os três Poderes não são obrigados a bloquear gastos.

- A regra é muito frouxa nesse aspecto (do contingenciamento) -disse o relator.

Segundo ele, a volta do contingenciamento obrigatório pode ser uma medida de correção para caso de descumprimento da meta ao longo do ano.

"Existe um amplo leque de ações a serem desenvolvidas em que não se está cobrando imposto. O que eu penso que é difícil para o governo é elevar alíquota de imposto ou _criar tributo novo"

Cláudio Cajado (PP-BA), deputado relator da nova regra fiscal

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

No longo prazo, país deve crescer 1,9%, prevê Tendências

O cenário mais provável para o Brasil no longo prazo - isto é, ao longo da próxima década - é de um crescimento médio do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 1,9% ao ano, estima a Tendências Consultoria.

Recentemente, esse horizonte foi "estressado" pela possibilidade de elevação das metas de **inflação**, mas um arcabouço fiscal crível pode evitar maior deterioração das expectativas inflacionárias que essa alteração geraria, na avaliação da consultoria.

No cenário-base de longo prazo da Tendências, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve elevar, na reunião de junho deste ano, a meta de **inflação** de 3% para 4% a partir de 2024. No cenário pessimista, iria para 4,5%, mas a banda superior da nova meta seria o objetivo de fato dos operadores da política monetária. No cenário otimista, não há alteração da meta.

A Tendências atribui chances de 60% para o cenário-base, 35% para o pessimista e apenas 5% para o otimista. "O sinal que queremos passar é que a chance de o cenário otimista se concretizar é baixíssima, mas existe, sim, uma possibilidade de o cenário pessimista ocorrer", alerta Alessandra Ribeiro, sócia e diretora na Tendências.

Outros elementos, no entanto, ajudam a compor os cenários.

No básico, a economia global passa por uma desaceleração no curto prazo, mas sem maiores choques. O Brasil aprova a nova âncora fiscal com algum controle sobre os gastos e preocupação com estabilidade da dívida no médio prazo. E restrições políticas e de mercado reduzem a ambição do governo para rever reformas e regulações setoriais.

"É um cenário sem grandes avanços nem retrocessos. Tem uma análise política por trás disso, que é a de um governo relativamente fraco e que precisa de coalizão bastante ampla no Congresso, o que não é fácil", diz Ribeiro.

No cenário pessimista, além da alteração ainda maior da meta de **inflação** e suas implicações, a economia global fica mais adversa com maior aperto monetário nas principais economias e desaceleração brusca da China; há uma crise de confiança decorrente de um afrouxamento do arcabouço fiscal e de alterações na

composição do Banco Central para alinhar a política monetária ao governo; e ocorre uma deterioração da política microeconômica, com maior intervenção setorial. Nesse caso, o crescimento médio de 2023 a 2032 cairia para 1,3% ao ano.

No improvável cenário otimista, oposto a esse, o **PIB** médio na década saltaria para 2,8%, estima a Tendências. (AF)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536?page=14§ion=2>

Inflação cai na OCDE

A **inflação** nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) continuou em queda em março e fechou o mês 7,7%. A desaceleração foi puxada pela queda nos preços de energia. Entre fevereiro e março, a **inflação** caiu em 34 dos 38 países do grupo. A taxa anualizada de fevereiro tinha sido de 8,8%. O pico foi registrado em outubro de 2022, com taxa de 10,7%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187536?page=14§ion=2>